



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE ITABIRA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CRISTIANO DANIEL MUZZI**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 9-10-1986
Data de implantação do PJe: 8-10-2014**

Jurisdição: Itabira, Bom Jesus do Amparo, Itambé do Mato Dentro, Passabém, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 7-12-2020, p. 1/2.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 23-8-2019

Às 8 horas do dia dezesseis de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Itabira, situada na Avenida Prefeito Li Guerra, 250, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Cristiano Daniel Muzzi**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Mônica Costa Dornelas; os servidores Aguina Daise Barbosa, Deisy Mara Rodrigues Pereira, Fernanda Pessoa Marques, Pablo Santos Duarte e Thiago Thalles Batista. Ausentes os servidores Everaldo Pereira de Andrade e Márcia Maria Chaves Braga, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 493 processos, distribuídos neste ano até o dia 2-12-2020, apurando-se a média de 2,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 19 cartas precatórias, dentre elas 7 executórias, até o dia 2-12-2020, das quais 16 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 705 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 339 processos foram remetidos neste ano até o dia 2-12-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 6 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 45 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 1.044 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 23 pendentes de cumprimento, no prazo.



1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se não haver processo sobrestado nesta fase.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

No entanto, dessobrestados e não confirmados no sistema SJVPI, os processos:

- 0026300-92.2009.5.03.0060: processo sobrestado na fase de liquidação – decisão Id 8945fb5, determinando a suspensão do feito até decisão da ADC 58.

- 0010747-11.2019.5.03.0171: decisão Id 96ccfb4, determinando a suspensão do feito até decisão da ADC 58.

- 0010724-10.2019.5.03.0060: decisão Id 4a056cc, determinando a suspensão do feito até decisão da ADC 58.

A Secretaria da Vara mediante envio prévio do relatório já regularizou os processos.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Itabira - 01a Vara				
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	19,85	16,26	14,94	18,81	24,66

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	59
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	27
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	3

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	41
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.



Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2018	1	2
2019	4	1
2020 – ano de referência	84	
TOTAL	89	0,07

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0010592-72.2018.5.03.0064	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010499-87.2019.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010693-87.2019.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010702-49.2019.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010704-19.2019.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010033-59.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010054-35.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010113-23.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010137-51.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010147-95.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010165-03.2020.5.03.0033	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010167-86.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010240-58.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010248-35.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando prazo



0010249-20.2020.5.03.0060	Sumaríssimo Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010271-78.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar despacho
0010284-77.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010300-31.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010301-16.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010303-83.2020.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	133
FASE LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	2
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	84
FASE EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	509

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.



FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	3

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Itabira - 01a Vara				
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	52,99	52,10	58,67	61,66	35,18

Existem 1.077 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 920 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 157 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 2-12-2020.



No ano 2019, até o dia 2-12 havia 1.373 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 705 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 668 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

Processo	Classe	Tarefa
0010164-10.2015.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010473-31.2015.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010192-12.2014.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000481-51.2012.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000628-77.2012.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0000118-98.2011.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000178-71.2011.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0009300-84.2006.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0000800-29.2006.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010660-39.2015.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000114-27.2012.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando término dos prazos
0010640-48.2015.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0000466-82.2012.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000518-44.2013.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0000605-05.2010.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0029200-63.2000.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências



0187000-52.2003.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0024200-77.2003.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0031300-25.1999.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando apreciação pela instância superior
0045100-23.1999.5.03.0060	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

	2019	2020
01-JANEIRO	55	20
02-FEVEREIRO	60	76
03-MARÇO	58	150
04-ABRIL	49	8
05-MAIO	72	50
06-JUNHO	66	50
07-JULHO	30	41
08-AGOSTO	43	27
09-SETEMBRO	56	34
10-OUTUBRO	28	28
11-NOVEMBRO	31	42
12-DEZEMBRO	35	2
Totais	583	528

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
CRISTIANO DANIEL MUZZI	20	76	150	8	50	50	9	27	34	11	42	2
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS							32					
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO										17		
Totais	20	76	150	8	50	50	41	27	34	28	42	2



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de dezembro até o dia 2-12):

	2019	2020
02-FEVEREIRO	3	2
03-MARÇO	3	2
05-MAIO	1	1
06-JUNHO	2	3
07-JULHO		2
08-AGOSTO	4	1
09-SETEMBRO		3
10-OUTUBRO	1	3
11-NOVEMBRO	2	2
12-DEZEMBRO	2	
Totais	18	19

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 2-12-2020, existem 17 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	0
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	8
Tutelas Provisórias Pendentes	9
Total	17

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.



Na pauta do dia 16-12-2020 havia 3 processos:

- a) **conciliação em conhecimento por videoconferência:** 1 processo;
- b) **conciliação em execução por videoconferência:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010448/20, 0122600/09 e 0010197/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010448/20: citação por mandado, Id 148f168, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR N. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento;

- 0010197/20: citação por mandado, Id 70d19cf, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR N. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 3-12-2020, 87 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 7 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010454/20, 0010429/20, 0010372/20, 0010299/20, 0010406/20, 0010138/20, 0010354/20, 0010154/20, 0010111/20, 0010406/19, 0010140/20, 0010085/20, 0010115/20, 0010288/20, 0010332/20, 0010318/20, 0010346/20, 0010353/20, 0010326/20, 0010357/20, 0010297/20, 0010381/20, 0010313/20, 0010380/20, 0010278/20, 0010397/20, 0010345/20, 0010394/20, 0010438/20, 0010437/20, 0010392/20, 0010371/20, 0010328/20, 0010306/20, 0010368/20, 0010594/19, 0010392/18, 0010107/20, 0010162/19, 0010434/19, 0010042/19, 0010315/19, 0010666/19, 0010347/18, 0010139/19, 0010186/18, 0010580/19, 0010582/19, 0010581/19, 0010707/19, 0010258/20, 0010393/20, 0010389/20, 0010394/20, 0010165/20, 0010430/20, 0010338/20, 0010295/20, 0010164/20, 0010336/20, 0010373/19, 0010234/19, 0010390/18, 0010288/19, 0010124/19, 0010250/19, 0010136/19, 0010212/19, 0010102/19, 0010260/19, 0010103/19, 0010181/19, 0010118/19, 0010170/19, 0010150/19, 0010420/20 e 0010169/19.

RESULTADO: os processos, constatou-se:

- 0010420/20: citação por mandado, Id afe5933, contrariando a Portaria Conjunta GP/GCR N. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento.



Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil pública em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010160-65.2018.5.03.0060	Aguardando apreciação pela instância superior
0010396-46.2020.5.03.0060	Aguardando audiência
0010400-83.2020.5.03.0060	Aguardando prazo
0010412-97.2020.5.03.0060	Aguardando prazo
0010439-85.2017.5.03.0060	Cumprimento de Providências

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	27	22	45
Instrução processo eletrônico	88	63	64

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	10	9	1º-2-21- 14 dias
Procedimento Ordinário	10	9	1º-2-21- 14 dias
Instrução	53	5	2-2-21 - 15 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 2-12-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	442	66

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	1	1.834
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	318	131

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	406	1.138
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	8	2.279



Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	20	740
---	----	-----

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2019	Média/dia útil
Julgados Procedentes	112	0,493
Julgados procedentes em parte	224	0,987
Julgados Improcedentes	53	0,233
Extintos com resolução de mérito	5	0,022
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	394	1,736
Extintos sem resolução de mérito	34	0,15
Arquivamento	53	0,233
Desistência	32	0,141
Outras decisões sem resolução de mérito	60	0,264
Total sem resolução de mérito	179	0,789
Decisões de conhecimento	573	2,524
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	140	0,617
Decisões na fase de execução	199	0,877
Total	912	4,018



No ano atual, apurou-se que, até o dia 02/12/2020, com 213 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	53	0,249
Julgados procedentes em parte	178	0,836
Julgados improcedentes	29	0,136
Extintos com resolução de mérito	5	0,023
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	265	1,244
Extintos sem resolução de mérito	14	0,066
Arquivamento	19	0,089
Desistência	13	0,061
Outras decisões sem resolução de mérito	73	0,343
Total sem resolução de mérito	119	0,559
Decisões de conhecimento	384	1,803
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	149	0,7
Decisões na fase de execução	90	0,423
Total	623	2,925

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	13	0,65
Conciliação em execução	3	0,15
*Encerramento de instrução	10	0,5
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0



Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	16	0,8
Una / Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	32	1,6

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 7 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	5	3	5	1	4	
02-FEVEREIRO	9	4	9	4	3	5
03-MARÇO	7	2	2	4		1
04-ABRIL	12	2	8		2	
05-MAIO	48	8	3		2	2
06-JUNHO	18	8	1	1	3	2
07-JULHO	9	10	3	1	4	3
08-AGOSTO	10	6	3	3	8	7
09-SETEMBRO	6	14	10	1	10	
10-OUTUBRO	5	10	5	5	2	6
11-NOVEMBRO	18	8	14	1	6	8
12-DEZEMBRO	9	1	2	1	2	
Totais	156	76	65	22	46	34

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
CRISTIANO DANIEL MUZZI	4	13	7	2	10	11	5	16	15	4	17	2
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS							9					
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO										17		
Totais	4	13	7	2	10	11	14	16	15	21	17	2



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

	2019	2020
01-JANEIRO	36	32
02-FEVEREIRO	45	44
03-MARÇO	80	28
04-ABRIL	103	
05-MAIO	137	51
06-JUNHO	108	33
07-JULHO	102	20
08-AGOSTO	93	15
09-SETEMBRO	111	32
10-OUTUBRO	86	28
11-NOVEMBRO	85	23
12-DEZEMBRO	44	6
Totais	1030	312

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
CRISTIANO DANIEL MUZZI	32	44	28	51	33	5	15	32		23	6
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS						15					
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO									28		
Totais	32	44	28	51	33	20	15	32	28	23	6

Foram realizadas 26 audiências de 1º-12-2020 até o dia 10-12-2020 e designadas 34 de 15-12-2020 até do dia 18-12-2020. Em janeiro de 2021 estão designadas 16 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

	2019	2020
01-JANEIRO	23	10
02-FEVEREIRO	25	33
03-MARÇO	41	63
04-ABRIL	47	8



05-MAIO	139	19
06-JUNHO	60	53
07-JULHO	59	43
08-AGOSTO	99	66
09-SETEMBRO	84	65
10-OUTUBRO	58	49
11-NOVEMBRO	39	42
12-DEZEMBRO	53	7
Totais	727	458

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA		1										
CRISTIANO DANIEL MUZZI	9	32	63	8	19	53	13	66	65	19	39	7
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS	1						30					
WILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO										30	3	
Totais	10	33	63	8	19	53	43	66	65	49	42	7

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de dezembro 2020 apurado até dia 2-12):

	2019	2020
01-JANEIRO	657	528
02-FEVEREIRO	797	662
03-MARÇO	631	560
04-ABRIL	880	183
05-MAIO	992	546
06-JUNHO	758	880
07-JULHO	740	1006
08-AGOSTO	804	767
09-SETEMBRO	733	759
10-OUTUBRO	707	811
11-NOVEMBRO	731	863
12-DEZEMBRO	454	80
Totais	8884	7645



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de terça-feira a quinta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário, somente em caso de conciliação, após o prazo do artigo 335 do CPC, caso, contrário é designada audiência de instrução, com uma hora de intervalo.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos

	2018	2019	2020 até 2-12
Processos recebidos	432	754	493
Média por dia útil	1,9	3,3	2,3
Processos remanescentes do ano anterior	123	66	101
Sentenças anuladas	11	5	0
Total de processos para solução	566	825	594
Processos solucionados	519	727	458
Processos conciliados	153	154	74
Produção	91,70%	88,12%	77,10%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 74,53% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 3,58%.



5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	74
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	458

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	458
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	493

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	161
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	438



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	133
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	429

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	509
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	931

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 2-12-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	429
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	931
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	133
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do	509



	período de referência	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

PerfB da Vara do Trabalho		Itabira - 81ª Vara		
Indicadores / Período de referência	Ano 2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020
	01/01/2019 a 31/12/2019	01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores				
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,06	0,42	0,13	0,08
I02 - Pendentes	1.201	820	709	728
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	59,25	58,59	57,48	65,87
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	94,53	88,19	88,99	110,66
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	665,51	929,29	1.043,99	1.081,59
I07 - Taxa de conciliação (%)	20,89	19,51	14,71	17,45
I08 - Taxa de solução (%)	95,76	104,09	95,01	88,85
I13 - Taxa de execução (%)	196,74	300,56	353,06	311,25



	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	18,70	17,39	20,13	24,66
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	61,66	40,96	38,11	35,18
	I11 - Produtividade por servidor	141,33	169,67	150,56	156,56
	I12 - Pendentes por servidor	127,44	83,78	72,33	74,22
	Acervo	0,16	0,15	0,11	0,10
	Celeridade	0,14	0,16	0,17	0,21
Meso	Produtividade	0,74	0,65	0,65	0,65
	Congestionamento processual	0,48	0,24	0,19	0,14
	Força de trabalho	0,55	0,39	0,38	0,31
Macro	IGEST	0,4144	0,3209	0,3003	0,2822
	Posição IGEST	73	13	9	7
	Movimentação processual	0751 a 1000	0751 a 1000	0501 a 0750	0501 a 0750

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.787.800,30	R\$517.081,69

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 1/2009, que dispõe sobre a intimação de procuradores inscritos em outras seccionais da OAB por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; 1/2012, que autoriza a retirada de processos com carga por 1 hora pra obtenção de cópias, pelos procuradores das partes; 3/2014, autorizando a retirada de processos arquivados pela Secretaria do Foro; 1/2015, que trata da suspensão de andamentos processuais de processos a incluídos no Projeto CLE-Itabira por 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias e a 1/2016, que dispõe sobre a proibição de atendimento processual às partes assistidas por advogado e terceiros interessados, por meio de telefone.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.



9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,53% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 94,66%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,83%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual



de 52,56% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 21,41% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 222,96%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 111,69% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional não teve processo para esta Meta. O resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 59 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 35,69%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 65 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 170 dias.



11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do



Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT N° 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

3) verificados e lançados no sistema SJVPI os processos 0026300-92.2009.5.03.0060, 0010747-11.2019.5.03.0171 e 0010724-10.2019.5.03.0060;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente e da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;



10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

14) cumprida a Portaria Conjunta GP/GCR N. 323/16, deste Regional, referente ao serviço de correspondência Carta Comercial com Aviso de Recebimento;

15) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.



13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

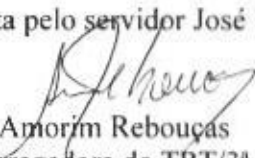
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia dezesseis de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 225, publicado no DJe 7-12-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima



Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Data: 2020.12.16 10:49:52 -03'00'